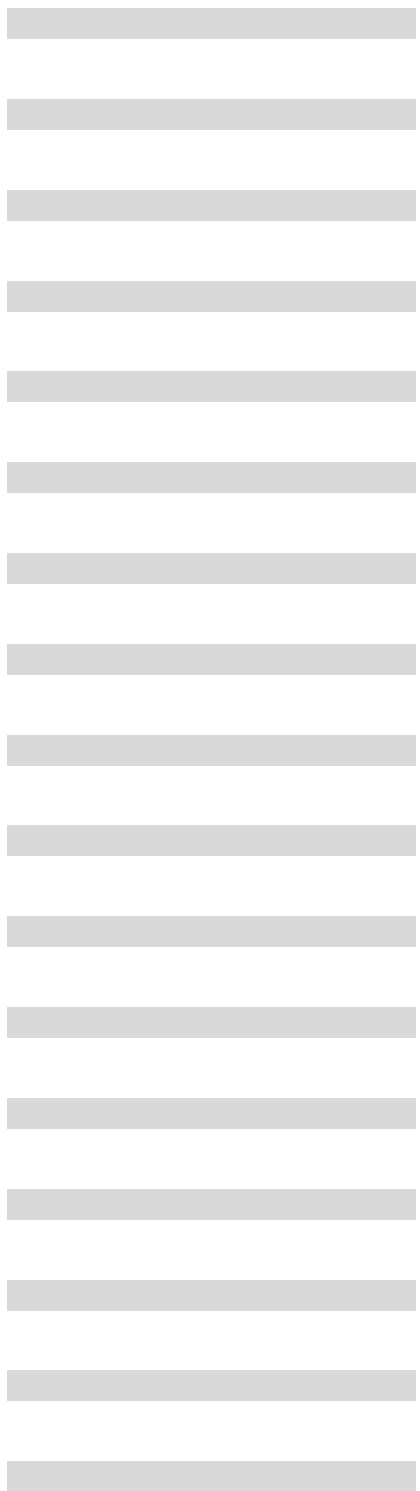


LAGUNA



LAGUNA



CRÉDITOS

Lote 2 – Núcleo 4 – Município: LAGUNA

EQUIPE TÉCNICA CONTRATADA

NÍVEL GERENCIAL

GERÊNCIA GERAL

Arquiteta e Urbanista Dra. Leticia Peret Antunes Hardt CREA-PR 6.193/D
Engenheiro Civil José Luiz Pinto Muniz CREA-PR 1.828/D

GERÊNCIA TÉCNICA

Arquiteta e Urbanista M.Sc. Patricia Costa Pellizzaro CREA-PR 33.061/D
Arquiteta e Urbanista Esp. Sandra Mayumi Nakamura CREA-PR 33.072/D

GERÊNCIA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA

Arquiteto e Urbanista Esp. Marlos Hardt CREA-PR 74.601/D
Engenheiro Civil Jacinto Albini Salgado CREA-PR 3.517/D

GERÊNCIA OPERACIONAL

Engenheiro Florestal M.Sc. Valmir Augusto Detzel CREA-PR 17.516/D
Bacharel em Ciências Contábeis Rosana Lima da Silva CRC-PR 048.962/0-9/D

GERÊNCIA DE PRODUÇÃO

Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D
Engenheira Civil Maria Emília Schuwarz Accioly CREA-PR 6.910/D

NÍVEL TÉCNICO

COORDENAÇÃO TÉCNICA

Arquiteto e Urbanista Walter Gustavo Linzmayer CREA-PR 73.015/D

COORDENAÇÃO ADJUNTA

Arquiteta e Urbanista Esp. Tatiana Yaguiu CREA-PR 86.927/D

Arquiteta e Urbanista Esp. Renata Helena da Silva CREA-PR 61.343/D

ASPECTOS REGIONAIS

Geógrafa Dra. Angela Cristina Orsi Bordonalli CREA-PR 22.693/D

ASPECTOS FÍSICOS E NATURAIS

Arquiteta e Urbanista Esp. Tatiana Yaguiu CREA-PR 86.927/D

Arquiteto e Urbanista Diego Steffen Moraes CREA-SC 68.724-4

Biólogo M.Sc. Jonatha Alexandre Andrade Alves CRBio 34.850-03P

Bióloga Fernanda Ribeiro CRBio 63439-03P

Geógrafa Ana Paula Córdoba CREA-PR 95.651/D

Geóloga Ana Paula Gabriel Wosniak CREA-PR 30.050/D

Geóloga Camila de Vasconcelos Muller CREA-PR 79.467/D

Geólogo Lucas Micosz CREA-PR 84.830/D

ASPECTOS DE INFRA-ESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

Engenheiro Civil André Labanowisk CREA-SC 5.730-2

Engenheiro Civil Esp. Edilson José Siqueira Junior CREA-PR 18.029/D

Arquiteta e Urbanista Esp. Tatiana Yaguiu CREA-PR 86.927/D

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS, DE INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E INSTITUCIONAIS

Advogado Esp. Edilson Gonçalves Liberal OAB-PR 30.790

Arquiteta e Urbanista Esp. Renata Helena da Silva CREA-PR 61.343/D

Bacharel em Ciências Contábeis Anderson José Amâncio CRC-PR 036.685/O-4

Economista M.Sc. Elisabete Tieme Arazaki CORECON 4.963-8

Economista Vera Lucia Robles Pedroso de Oliveira CORECON 6886

Turismóloga M.Sc. Dr^{anda} Iomara Scandelari Lemos

ASPECTOS CARTOGRÁFICOS E DE GEOPROCESSAMENTO

Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D

Geógrafo Antonio Marcos Ferreira CREA-PR 54.706/D

NÍVEL DE APOIO TÉCNICO

CONSULTORIA TÉCNICA

Arquiteto e Urbanista Dr. Carlos Hardt..... CREA-PR 6.192/D

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Designer Carlon Hardt.....

Arquiteta e Urbanista Esp. Valéria Romão Morellato CREA-PR 81.326/D

ASSESSORIA

Arquiteta e Urbanista Andréia Jeane Liebl..... CREA-PR 111.546/D

Arquiteta e Urbanista Esp. Débora de Santis..... CREA-PR 24.105/D

Arquiteta e Urbanista Grasielle da Silva Pedroso..... CREA-PR 106.295/D

Arquiteta e Urbanista Nicole Mallmann CREA-PR 108.833/D

Arquiteta e Urbanista Patrícia do Carmo Rodrigues..... CREA-PR 108.180/D

Arquiteta e Urbanista Polyana Wehmuth Mazur..... CREA-PR 111.718/D

SECRETARIADO

Secretária Giseli Ferreira da Rocha

LEVANTAMENTOS DE CAMPO

Engenheiro Civil Adalberto Schen.....CREA-RS 8.209/D

Engenheiro Civil André Labanowisk CREA-SC 5.730-2

Engenheiro Civil Celito Manuel Brugnara.....CREA-RS 5.251/D

Engenheiro Florestal M.S.c Pyramon Accioly..... CREA-PR 76.493/D

Engenheira Florestal Michela Yamamura Bardelli da Silva CREA-PR 70.738/D

Médico Veterinário Cristiano Selbach da Silva.....CRMV-RS 10.155

Técnico em Informática Fabiano Augusto Prevedello.....

PRODUÇÃO GRÁFICA E SISTEMATIZAÇÃO DE DADOS

Acadêmico de Administração Thiago Anderson Manoel da Rosa

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Ana Gisele Osaki.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Barbara Alpendre da Silva.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Barbara Cavallet

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Caetano de Freitas Medeiros

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Cátia Carachinski

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Daiane Filippi

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Fabio Gonzalez Francio

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Gabriel Ruiz de Oliveira.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Guilherme Ribeiro Carvalho

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Gustavo Ramos Ficker Assis.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Jamile Salim

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Lauanna Cicheleiro Campagnoli.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Luis Felipe Hakim Leal.....

Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Márcio Herique de Souza Carboni

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Mariana Caze de Souza.....

Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Mônica Maximo da Silva.....
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Nina Brusamolín Feijo
 Acadêmico de Arquitetura e Urbanismo Rubens Victor Schwabe Ireme
 Acadêmica de Arquitetura e Urbanismo Vanessa Bassani Tebcherani
 Acadêmico de Direito Nikolas Blosseld de Quadros
 Acadêmico de Geografia João Miguel Alves Moreira.....

EQUIPE TÉCNICA MUNICIPAL

CONTATO

Secretaria Municipal de Planejamento, Serviços Públicos e Habitação

Arquiteto e Urbanista Dagoberto Martins.....



APRESENTAÇÃO



Em meio a significativas transformações do processo brasileiro de planejamento urbano e municipal, destaca-se a aprovação da Lei Federal Nº 10.257, de 10 de julho de 2001 (**Estatuto da Cidade** – BRASIL, 2001), discutida no plenário federal por quase vinte anos. Além da evidente regulamentação dos artigos 182 e 183 da Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988), relativos à Política Urbana, este dispositivo legal proporciona maior suporte para o tratamento de questões vinculadas à gestão democrática, à função social da cidade e da propriedade, à regularização fundiária e à indução e financiamento do desenvolvimento.

Seu Artigo 40 prescreve que o **plano diretor**, englobando o território do município como um todo e aprovado por lei municipal, a ser revista pelo menos a cada 10 anos, representa o instrumento básico da política de desenvolvimento e expansão urbana, como parte integrante do processo de planejamento municipal.

Por sua vez, o Artigo 41 determina a obrigatoriedade da elaboração de plano diretor para cidades com mais de vinte mil habitantes, integrantes de regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, sob intenção de utilização dos instrumentos previstos no Parágrafo 4º do Artigo 182 da Constituição Federal, componentes de regiões de especial interesse turístico e inseridas na área de influência de empreendimentos ou atividades com significativos impactos ambientais de âmbito regional ou nacional (Incisos I a V).

A duplicação da rodovia BR-101 se enquadra nesta última condição, sendo os recursos técnicos e financeiros para a elaboração dos planos diretores dos municípios impactados pelo empreendimento, por força do Parágrafo 1º do Inciso V, inseridos entre as medidas de compensação adotadas.

Com base nesses pressupostos, o presente documento consiste na apresentação do **produto da Fase 2 – Análise, Diagnose e Prognose**, relativa ao processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Laguna, objeto de contrato firmado, em 28 de agosto de 2008, com ordem de serviço emitida em 22 de setembro do mesmo ano, entre a Companhia de Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina (CODESC) e o Consórcio Hardt-Engemin. Os procedimentos visam à execução do planejamento macro (faixa lindeira à rodovia) e à elaboração de planos diretores nos municípios de Santa Catarina impactados pela obra de duplicação da rodovia BR-101, no trecho compreendido entre Biguaçu e Passo de Torres.

O processo de elaboração do Plano Diretor Municipal de Laguna engloba seis **fases**, estruturadas segundo as condições estabelecidas pelo Termo de Referência desenvolvido para o trabalho (CODESC, 2007), em que estão relacionados os aspectos metodológicos e processuais de planejamento, visando a resultados apropriados para implantação de adequada estratégia de desenvolvimento municipal e regional.

Resultante da análise do **levantamento de informações** (Fase 1) e levando em conta a amplitude de subsídios provenientes das leituras comunitárias e técnicas do município, o presente produto aborda os diversos fatores para embasamento das futuras propostas de desenvolvimento municipal, a partir da subdivisão dos seguintes aspectos e condições: regionais, de uso e ocupação do solo, físico-naturais, socioeconômicos, de infraestrutura e serviços públicos, de infraestrutura social e institucionais.

Face ao anteriormente exposto, o objetivo precípua deste documento consiste em apresentar à população, como material para consulta e de forma resumida e simplificada, as principais **condicionantes, deficiências e potencialidades** (CDPs) levantadas até o momento pelas equipes técnicas e pelas comunidades envolvidas.

A título de esclarecimento, vale mencionar que as principais informações apresentadas na fase anterior são inter-relacionadas com base em **análise** temática integrada, consubstanciando o **diagnóstico** (situação atual) e o **prognóstico** (tendências futuras) acerca dos diversos aspectos inerentes ao município, sendo classificadas em:

- condicionantes – caracterizadas por elementos existentes ou projetados que não podem ou não devem ser alterados;
- deficiências – configuradas por circunstâncias ou elementos que, de alguma forma, são deletérios à qualidade de vida da população e ao desenvolvimento municipal, devendo, portanto, ser adotadas ações para sua prevenção, correção ou minimização;
- potencialidades – definidas como situações desejáveis, sujeitas à manutenção e valorização das suas características, de forma a propiciar o melhor aproveitamento de suas qualidades.

[Placeholder for Table of Contents entries]

SUMÁRIO

[Placeholder for Table of Contents entries]

LISTA DE SIGLAS..... 2

LISTA DE QUADROS 3

QUADRO REGIONAL

1 CONDIÇÕES REGIONAIS.....5

QUADRO MUNICIPAL

2 USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO 11

3 CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS 16

4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS 26

5 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS 31

6 INFRAESTRUTURA SOCIAL 38

7 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS..... 44

REFERÊNCIAS..... 47

APÊNDICES 53

LISTA DE SIGLAS

AMUREL	ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS DA REGIÃO DE LAGUNA
APA	ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL
APAE	ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS
APP	ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE
CASAN	COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO
CELESC	CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA
CRAS	CENTROS DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL
IBGE	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
IPHAN	INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL
IPTU	IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO
ISS	IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS
ITBI	IMPOSTO SOBRE TRANSMISSÃO DE BENS IMÓVEIS
LRF	LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL
PIA	POPULAÇÃO EM IDADE ATIVA
PMHIS	PLANO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL
PRONAF	PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR
SPU	SECRETARIA DO PATRIMÔNIO DA UNIÃO
SRD	SECRETARIAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL
UDESC	UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA
UFSC	UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
ZC	ZONA CENTRAL
ZEIS	ZONA ESPECIAL DE INTERESSE SOCIAL

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES REGIONAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA.....	6
Quadro 2: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA.	12
Quadro 3: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA.....	18
Quadro 4: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA	27
Quadro 6: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LAGUNA Erro! Indicador não definido.	
Quadro 7: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA	45
Quadro 8: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	54
Quadro 9: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	55
Quadro 10: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	56
Quadro 11: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	57
Quadro 12: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	58
Quadro 13: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	59
Quadro 14: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	60
Quadro 15: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	61
Quadro 16: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	62
Quadro 17: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	63
Quadro 18: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	64
Quadro 19: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008.....	65

QUADRO REGIONAL

1 CONDIÇÕES REGIONAIS

A seguir são abordadas as condicionantes, deficiências e potencialidades que envolvem os componentes do contexto regional do município, segundo os aspectos físicos espaciais, equipamentos do espaço, população e economia.

O complexo lagunar um grande potencial paisagístico, assim como a extensa orla marítima e o relevo da região. Esse potencial já sustenta em grande parte o turismo e a dinâmica econômica da região. Mesmo sendo ambientes de grande fragilidade ambiental sofrem pressão imobiliária para ocupação, principalmente a ocupação na época da alta temporada, comum em todo litoral do Estado de Santa Catarina.

A pesca e a carnicultura estão comprometidas, pois os corpos hídricos que compõe as bacias hidrográficas sofrem com problemas de degradação ambiental decorrentes principalmente dos efluentes domésticos e industriais.

A BR-101 é um importante meio de ligação entre os municípios vizinhos, propiciando o desenvolvimento turístico do sul do estado, e também um importante corredor de movimentação de cargas de pescado para o porto de Laguna. As rodovias estaduais como a SC-437 e SC-436 são meios de ligações rápidas entre pequenos núcleos urbanos dentro do próprio município.

A partir de janeiro de 2003, com a nova gestão do governo de Santa Catarina iniciou-se uma nova organização regional, com a finalidade de descentralizar as funções administrativas, desconcentrar a máquina pública e a regionalizar o desenvolvimento. Foram criadas Secretarias de Desenvolvimento Regional (SRD), a qual a de Laguna é responsável pelos municípios de Laguna, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Imaruí e Jaguaruna.

A Área de Proteção Ambiental da Baleia Franca se estende da ponta sul da Ilha de Santa Catarina, ao Sul do Cabo de Santa Marta. Abrange nove municípios da costa catarinense: Florianópolis, Palhoça, Paulo Lopes, Garopaba, Imbituba, Laguna, Tubarão, Jaguaruna e Içara. Foi criada com o objetivo proteger as enseadas onde ocorre concentração de baleias francas, além de algumas áreas de costões rochosos, dunas banhados e lagoas. Possui cerca de 156.100 ha e 130 km de extensão.

A população natural é de origem luso-brasileira e eclética, por esse motivo observa-se o apego as tradições e costumes. Esse fato também proporcionou ao município uma ocupação do espaço com características peculiares e um conjunto arquitetônico formado por aproximadamente 600 edificações com características singulares conferiu o tombamento de seu centro histórico pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1985.

Destaca-se no município o Porto pesqueiro, localizado a oito quilômetros da BR-101 dentro do perímetro urbano do mesmo. É um grande gerador de tráfego dentro da malha urbana, tráfego esse que acaba por deteriorar as vias municipais.

À prestação de serviços tem sido a grande vocação percebida em toda a região da SDR-Laguna, sendo que em Laguna objetivamente tem-se a pesca e o turismo com principais atividades. O turismo de veraneio causa uma super utilização da infraestrutura local nessa época do ano, comprometendo a prestação de alguns serviços, muito embora a maioria dos municípios nessa situação já venha investindo nesse aspecto para desenvolver a região e melhor atender a toda a demanda turística.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS	bacia hidrográfica do complexo lagunar e do rio Tubarão ¹	potencial turístico e paisagístico	poluição por efluentes domésticos, industriais e por agrotóxicos
		carcinicultura	pesca predatória - aviãzinho
			pressão imobiliária para ocupação das bordas das lagoas
	extensa orla marítima	paisagem natural	
		atrativos naturais tais como as baleias franca	
	relevo variado	potencial turístico e paisagístico	pressão imobiliária para ocupação dos morros
BR-101	duplicação da BR-101	problemas de acesso ao município, falta de trincheiras e passagens de pedestres	

(continua)

Quadro 1: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES REGIONAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

¹ As informações que estão representadas nos mapas, não são necessariamente prioritárias às outras não representadas.

(continuação do Quadro 1)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS	SC-437	escoamento da produção	problemas de acesso a áreas urbanizadas, como Sertões
		facilidade de urbanização e mobilidade	falta de pavimentação da localidade de Pescaria Brava até o município de Imaruí.
			construções no alinhamento e falta de acostamento na parte asfaltada
	SC-436		acesso ao município passa pelo centro histórico
	SC-100 (inter-praias)	possível alternativa de ligação com o Porto do município	falta de pavimentação
			travessia apenas por balsa (custo elevado)
		possibilidade de ligação com o aeroporto de Jaguaruna	
	Ferrovia	potencial para transporte de cargas e passageiros	
	ligação Estiva-Gravatal	expansão regional	
		turismo	
indefinição do limite municipal com o município de Imbituba (Itapirubá)		indefinição da competência sobre a prestação de serviços públicos	
		omissão na oferta de serviços públicos	

(continua)

(continuação do Quadro 1)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS FÍSICO-ESPACIAIS	APA da Baleia Franca	proteção de enseadas (baleias francas) e proteção de áreas terrestres (costões rochosos, dunas, banhados e lagoas)	ausência do plano de manejo
EQUIPAMENTOS DO ESPAÇO	aterro sanitário	possibilidade de criação de uma lei de restrição	atende aos 19 municípios da AMUREL
		coleta realizada por uma empresa terceirizada - SERRANA Engenharia Ltda.	falta de controle na disposição final dos resíduos sólidos
	Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna (SDR)	descentralizar, ampliar e fortalecer as funções administrativas, tecnológicas e sociais dos municípios	
POPULAÇÃO E ECONOMIA	população natural de origem luso-brasileira	respeito à cultura e às tradições	
		proximidade aos municípios vizinhos	
			utilização do comércio do município vizinho pela facilidade de acesso e pela variedade
			super utilização da infraestrutura local durante a alta temporada

(continua)

(continuação do Quadro 1)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
POPULAÇÃO E ECONOMIA	Ensino superior - UDESC	utilização da infraestrutura local na baixa temporada	
	Porto	facilidade de escoamento da produção pesqueira da região	o acesso principal passa pelo centro do município
		possibilidade de criação de ponte para ligação com o porto	
		possibilidade de transporte de passageiros - potencial turístico	

(conclusão)

QUADRO MUNICIPAL

2 USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO

Diversos fatores influenciaram o uso e a ocupação do território urbano e rural no município de Laguna. As condições naturais podem ser apontadas como as mais determinantes, a extensa costa marítima, o complexo lagunar, as dunas e restingas que juntas promovem uma paisagem heterogênea, rica de biodiversidade e de extrema fragilidade ambiental são tanto condicionantes expressivas da ocupação territorial quanto grande potencialidades principalmente para o desenvolvimento de atividades econômicas já inerentes à região.

O centro histórico tombado é também o principal centro econômico do município, localizado as margens da Lagoa de Santo Antônio possui uma grande diversidade arquitetônica com características específicas, mas que não é obedecido pelo zoneamento vigente no que diz respeito à Zona Central (ZC) e suas delimitações.

A existência de regulamentação quanto ao Zoneamento e Uso do Solo através da Lei municipal nº04 de 06/03/79 é defasada e confusa devido às inúmeras normativas aprovadas nos últimos 30 anos (cerca de 35). Além disso, a lei não determina parâmetros para toda a área municipal que possui grandes dimensões, assim como seu perímetro urbano atual. A ausência de uma lei clara e completa gera um desordenamento territorial urbano com grandes discrepâncias, como por exemplo, infraestrutura já instalada em locais pouco adensados (Mar Grosso, Laguna Internacional, Itapirubá) e ocupações irregulares extremamente adensadas com infraestrutura precária (Ponta das Pedras e Vila Vitória). Nota-se também um vetor de crescimento em direção à BR-101, bem como a instalação de novas indústrias junto a esse eixo.

Existe no município mais de 30 localidades rurais que sofrem um tipo de urbanização desordenada, existem também algumas áreas de interesse de proteção devido a sua tipologia de ocupação (vila de pescadores) como Farol de Santa Marta, Ponta da Galheta, Barra e Passagem da Barra.

No contexto de Uso e Ocupação do Solo, especificamente sobre os aspectos históricos, uso e ocupação do solo urbano e rural e áreas de interesse e proteção especial no município, são apresentadas as condicionantes, potencialidades e deficiências no quadro subsequente.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASPECTOS HISTÓRICOS	população natural de origem luso-brasileira	respeito à cultura e às tradições	
	centro histórico tombado (aproximadamente 715 edificações)	diversidade de estilos arquitetônicos - potencial turístico	existência de áreas urbanas sem manutenção

			edificações na orla da lagoa (Santo Antônio) sem uso (antigos armazéns/galpões)
			prédios sem uso (orla da lagoa)
			principal centro econômico do município
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	território municipal de grandes dimensões		diversas localidades espalhadas pelo território
			perímetro urbano extenso
	Lei municipal nº 04 de 06/03/79 - Zoneamento e Uso do Solo	existência de regulamentação de uso do solo	o zoneamento atual não atinge todo o perímetro urbano
			zoneamento confuso (cerca de 35 normativas em 30 anos)
			inexistência de taxa de permeabilidade e de parâmetros construtivos na lei de uso do solo

(continua)

Quadro 2: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES DE USO E OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

(continuação do Quadro 2)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO	Mar Grosso, Praia do Sol, Itapirubá e Laguna Internacional	infraestrutura instalada	pressão de ocupação balneária	
			falta de atividades comerciais na baixa temporada	
	Ponta das Pedras e Vila Vitória	desenvolvimento do plano municipal de habitação de interesse social (PMHIS)	ocupações irregulares - ausência de ZEIS	
			avanço da ocupação além das construções da área consolidada	cemitérios saturados
				uso industrial tímido
			indústrias próximas à BR-101	conflito entre os usos habitacionais e industriais na região de Cabeçudas
grandes áreas vazias dentro do perímetro urbano, e em alguns zoneamentos delimitado				
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL	mais de 30 localidades rurais	paisagem natural	urbanização desordenada	
			saneamento ambiental precário	
			deficiência na infraestrutura	

(continua)

(continuação do Quadro 2)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL		viabilidade da agricultura devido à existência de mananciais	
		carnicultura	"mancha branca"
ÁREAS DE INTERESSE DE PROTEÇÃO ESPECIAL	APPs (áreas de preservação permanente) - complexo lagunar, restingas, topos de morros e dunas	paisagem natural	especulação imobiliária em áreas de fragilidade ambiental
			construções sobre grandes inclinações
			áreas sujeitas a alagamento nos entornos das lagoas e na foz do rio Tubarão
			acesso de veículos às áreas de proteção ambiental

(continua)

(continuação do Quadro 2)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	
ÁREAS DE INTERESSE DE PROTEÇÃO ESPECIAL	áreas de marinha (SPU – Secretaria do Patrimônio da União)	acessibilidade e mobilidade a todos os cidadãos aos bens naturais, em especial às áreas costeiras, praias, lagoas e áreas de influência de marés	falta de cadastramento e identificação destas áreas no município, em especial nas regiões de entorno das lagoas e balneários (praias) várias ocupações em várias regiões (Ponta das Pedras, Vila Vitória, Magalhães, Ponta da Barra entre outros) sem a faixa non-aedificandi ao longo das lagoas e praias	
	tipologia de ocupação característica (vila de pescadores: Farol de Santa Marta, Ponta da Galheta, Barra, Passagem da Barra e no entorno imediato das lagoas)		pressão por ocupação balneária	
	centro histórico	inúmeras leis de proteção ao centro histórico (bens isolados e em 1985 de todo o centro histórico)		dificuldade de manutenção das edificações
		Laguna se enquadra nos programas de preservação do centro histórico (Programa Monumenta)		falta clareza na legislação sobre o que é ou não permitido nas edificações (graus de tombamento)
		existência de uma secretaria regional do IPHAN		
		potencial para utilização dos instrumentos de desenvolvimento urbano previstos no Estatuto das Cidades		os instrumentos legais de incentivo à preservação e conservação não são suficientes para a manutenção dos mesmos, em especial o arquitetônico e o arqueológico

(conclusão)

3 CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS

Neste item, serão abordados os principais elementos relativos às condições físico-naturais observados no Município de Laguna, bem como os impactos provenientes da intervenção antrópica com o meio e os riscos conseqüentes desta interação, com o intuito de dar subsídios técnicos à melhor utilização do território municipal, direcionando sua expansão e harmonizando o progresso à preservação ambiental e ao bem estar social.

O Município de Laguna possui um relevo fortemente ondulado a montanhoso na região noroeste, alguns morrotes na área leste e uma extensa área plana no restante do município, que corresponde à planície litorânea. Da área total do município, 95% possuem declividades entre 0 e 30%, correspondendo a planícies e encostas suaves. Os 5% restantes representam as encostas mais íngremes e afloramentos rochosos.

Por serem muito suscetíveis a riscos geotécnicos, as áreas com declividades superiores a 30% são consideradas inadequadas à ocupação urbana, porém nos morros do município são encontradas construções em terrenos íngremes de elevado risco. A espessa camada de solo derivado da decomposição das rochas graníticas, em conjunto com os elevados índices pluviométricos da região, mesmo em condições naturais já apresenta riscos de deslizamentos. As ações antrópicas, através da remoção da vegetação dos taludes e das escavações realizadas de modo inadequado, desestabilizam as encostas, acelerando os processos erosivos e de movimento de massas.

Laguna localiza-se na Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão. Este rio encontra-se retificado e dragado, em virtude das inundações que ocorrem nos municípios a montante. As águas do Rio Tubarão, ao longo do seu percurso, recebem grande quantidade de resíduos domésticos e industriais, com destaque aos efluentes provenientes da lavra e beneficiamento do carvão. Os poluentes carreados pelo Rio Tubarão, quando a maré é enchente, desviam-se para dentro da Lagoa de Santo Antônio e por intermédio dela para as lagoas de Imaruí e Mirim.

São poucas ou inexistentes as áreas de preservação permanente (APPs) nas drenagens e lagoas do município. Embora amparadas pela legislação brasileira, a maioria da vegetação marginal aos cursos d'água foi substituída por culturas agrícolas e pastagens. O resultado deste dano é a erosão das margens dos rios e conseqüente aumento no aporte de sedimentos no canal, o que resulta em elevada turbidez da água e assoreamento do rio.

As enxurradas provocadas pela chuva levam todos esses detritos para os rios e lagoa assoreando-os, causando uma interferência no sistema natural e conseqüentemente levando a um impacto ambiental negativo. Este processo também reduz a capacidade de vazão dos rios, e quando aliado aos freqüentes eventos de precipitação extrema, podem acarretar em alagamentos nas áreas mais baixas.

No Município de Laguna existem áreas alagadas localizadas próximo ao Córrego Matuto, na divisa com o município de Capivari de Baixo. Observam-se extensas áreas sujeitas a alagamentos no entorno da Lagoa do Ribeirão Grande, Lagoa de Garopaba do Sul, Canal do Amorim, Canal de Jaguaruna, no Rio da Barra do Camacho, no entorno da Lagoa do Camacho, Lagoa de Camboa, além de áreas alagadas na foz do Rio Tubarão (margem esquerda e direita). Na porção sul da Lagoa do Santo Antônio, próximo à foz dos rios Tubarão, Carniça e do Ribeirão Grande, as áreas também estão sujeitas a alagamentos e inundações.

A degradação das áreas de banhado é o fator de maior impacto sobre a disponibilidade hídrica nas áreas de planície, uma vez que estes ecossistemas de transição possuem uma função reguladora de vazões, servindo como reservatórios de água, além de substrato para fauna e flora.

A área urbana de Laguna está concentrada sobre a planície costeira. Este aspecto, por si só, já têm como resultados diversos impactos ambientais negativos, especialmente nos aspectos relativos à disposição de resíduos sólidos, efluentes líquidos, erosão e assoreamento de áreas alagadiças, desmatamento e destruição de ambientes de abrigo, dessedentação e alimento para fauna e saneamento básico.

Laguna possui áreas ainda pouco exploradas pelo homem, especialmente a sul dos molhes, nas proximidades do Farol de Santa Marta, da Praia de Ypuã e na Barra, locais estes que estão inseridos na APA da Baleia Franca. Estas áreas devem ser alvo de esforços de preservação e protegidas da expansão urbana e especulações imobiliárias.

Nas áreas próximas ao mar onde não foram realizados loteamentos e abertura de novas ruas, o campo de dunas é mais extenso e encontra-se em melhores condições do que nos locais onde os terrenos ocupados estão próximos à praia. Além disso, as dunas frontais atuam como "reserva" de areia para a praia, acumulando nas fases de deposição e devolvendo areia à praia quando esta é erodida. A remoção destas dunas interrompe este sistema, o que resulta em um estreitamento da praia, fenômeno este muito freqüente em diversas praias fortemente urbanizadas do litoral brasileiro.

Em Laguna utiliza-se o sistema de captação de água superficial e subterrânea através da Companhia Catarinense de Águas e Saneamento (CASAN). Os cursos de água superficial captados são: o Rio Ponteiros e Lagoa do Gi (SANTA CATARINA, 2007). Estas áreas de captação também são pressionadas pela expansão urbana e suas áreas de proteção devem ser delimitadas e preservadas, garantindo assim a qualidade do abastecimento.

Em estudos realizados pelo Departamento de Engenharia Mecânica da UFSC, com dados obtidos pela CELESC, em 2000 e 2002, Laguna apresentou velocidade média dos ventos de 7m/s, com direção predominante nordeste (NE). Das áreas analisadas, Laguna é o único ponto que atinge as características necessárias para o aproveitamento da energia eólica.

No contexto Físico-Natural do município de Laguna, especificamente sobre os aspectos hidrográficos, de feições litorâneas, geológicos e geomorfológicos, bem

como de clima e condições metereológicas, são apresentadas as condicionantes, potencialidades e deficiências no quadro subsequente.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	uso do solo		<p>uso de agrotóxicos, principalmente na região oeste do município</p> <p>falta de respeito às áreas de APP nas drenagens e lagoas, em muitos casos há ocupação destas áreas</p> <p>pressão da expansão urbana sobre as áreas de captação de água para abastecimento</p>
	terrenos inundáveis		<p>áreas de alagamento junto ao Córrego do Matuto, entorno da lagoa do Ribeirão Grande, Lagoa de Garopaba do Sul, canal do Amorim, canal de Jaguaruna, rio da Barra do Camacho, lagoa do Camacho, lagoa de Camba, porção sul da lagoa de Santo Antonio, e próximo à foz dos rios Tubarão, Carniça e Ribeirão Grande</p>

(continua)

Quadro 3: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES FÍSICO-NATURAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	mananciais superficiais e de nascentes	precipitações elevadas da região favorecem a recarga dos mananciais	falta de respeito às faixas de área de preservação permanente nas drenagens e lagoas (impermeabilização do solo)
		turismo ecológico e atividades náuticas controladas nas lagoas Mirim, Imaruí, Santo Antônio, Lagoinha Primeira, Lagoinha Segunda, Lino, Gamboa dos Paus, Gamboa Grande, Garopaba do Sul, Santa Marta, Manteiga e Ribeirão Grande	poluição causada pela disposição inadequada de rejeitos e efluentes
		Resolução CONAMA nº357, de 17 de março de 2005, dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para seu enquadramento	ausência de rede de esgoto prejudica a qualidade dos recursos hídricos
		Portaria nº 024, de 19 de setembro de 1979, enquadra os cursos d'água do Estado de Santa Catarina	utilizar as nascentes do Ribeirão Pequeno para abastecimento da comunidade
		captação de água para abastecimento no Rio Ponteiros e Lagoa do Gi	

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	mananciais subterrâneos	a qualidade da água para consumo <i>in natura</i> não possui restrições, em função das propriedades físico-químicas e do tempo de residência das águas subterrâneas	vulnerabilidade extrema à poluição - recarga em formações de elevada permeabilidade (ex: terrenos da Microbacia do Itapirubá)
		Resolução CONAMA nº369 de 03 de abril de 2008, dispõe sobre enquadramento das águas subterrâneas	vulnerabilidade alta à poluição - recarga de coberturas inconsolidadas sobre aquíferos fraturados (ex: margem das Lagoas do Mirim, Imaruí e Santo Antônio)
		potencialidade de abastecimento por poços tubulares na microbacia do Itapirubá	vulnerabilidade alta à poluição - recarga de coberturas inconsolidadas sobre aquíferos semipermeáveis (ex: microbacias do rio Sambaqui Pequeno e Córrego do Matuto)
		vulnerabilidade moderada à poluição - recarga e descarga em aquíferos fraturados com relevo acidentado em rochas graníticas (ex: microbacias dos rios: Jaguaruna, Das Congonhas e Da Madre, em suas porções a montante)	

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA	mananciais subterrâneos		risco à contaminação dos aquíferos subterrâneos pela intrusão salina, principalmente nas microbacias do Itapirubá e porção sudeste do rio Jaguaruna, Das Congonhas e Da Madre
			inexistência de estudos que delimitem as áreas de proteção dos poços e nascentes existentes, o que leva ao risco de contaminação dos mananciais
	monitoramento hidrodinâmico e hidroquímico dos poços existentes com vistas à manutenção da qualidade e garantia de abastecimento a longo prazo		
	pontos e fontes de poluição		poluição causada pela disposição inadequada de rejeitos e efluentes, os quais são destinados à Lagoa do Santo Antônio, depósito de lixo na Galheta
utilização de agrotóxicos			

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HIDROGRAFIA			existência de aterro sanitário demanda o monitoramento ambiental dos efluentes gerados, bem como a caracterização geológica e hidrogeológica da área e do entorno destes empreendimentos, em escala de detalhe
			saneamento básico precário, potencializa o risco à contaminação dos aquíferos
	uso das águas	consumo humano, dessedentação animal, irrigação, industrial e turismo	falta de cadastro técnico dos poços com as informações referentes ao seu perfil construtivo, bem como os aspectos geológicos, hidrogeológicos e hidroquímicos, etc.
FEIÇÕES LITORÂNEAS	dunas e restingas	áreas de dunas preservadas entre a praia e a avenida paralela à orla, grandes campos de dunas preservados ao sul do município	construção de casas suprimindo campos de dunas e de restingas
		potencial turístico e paisagístico	saturação da infraestrutura urbana em épocas de temporada
	praias	elevado potencial turístico e paisagístico, grande extensão de praias pouco exploradas	pressão pelo loteamento de áreas frágeis, que devem ser protegidas

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
FEIÇÕES LITORÂNEAS	praias	pesca comercial e esportiva	
	foz do Rio Tubarão		aporte de águas com elevado grau de contaminação, afetando a qualidade das águas das praias e lagoas
GEOMORFOLOGIA E GEOLOGIA	relevo plano (planícies)	adequado para o desenvolvimento da agropecuária (além da atividade pesqueira)	podem ocorrer alagamentos e inundações
		adequado para o desenvolvimento urbano e industrial fora dos aluviões e várzeas	podem ocorrer alagamentos e inundações
		baixa para nenhuma erosão e estáveis nos movimentos de massa	
	relevo ondulado suave	bom para o desenvolvimento urbano até 30% de declividade	aumenta o risco de erosões e movimentos de massa acima dos 20% de declividade
		bom para o desenvolvimento da agropecuária	aumenta o risco de erosões e movimentos de massa acima dos 20% de declividade
			não aconselhado para a mecanização nas declividades acima dos 15%
		a retirada da cobertura vegetal aumenta o risco de erosões e conseqüentemente o assoreamento nos rios	

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
GEOMORFOLOGIA E GEOLOGIA	relevo ondulado forte a montanhoso		não aconselhado para agropecuária nas declividades acima dos 30% e inadequado acima dos 47%
			a retirada da cobertura vegetal aumenta o risco de erosões e movimentos de massa e conseqüentemente o assoreamento nos rios e lagoas
		Resolução do CONAMA nº303 de 20/03/2002 que regulamenta as áreas de preservação permanente nos morros, montanhas, serras e nas encostas com declividade superior a 100%	degradação nos topos de morros e declividades acima dos 100% (APP)
			deficiências na fiscalização ambiental
rochas graníticas		escavação/exploração desordenada sem recuperação, ocasionando erosão e movimentos de massa	
		movimentos de massa e queda de blocos	

(continua)

(continuação do Quadro 3)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
CLIMA E CONDIÇÕES METEOROLÓGICAS	índices pluviométricos elevados	aproveitamento da água, em especial nos solos arenosos (manancial subterrâneo)	saturação da capacidade de absorção do solo e elevação do nível da água dos corpos hídricos
	ventos	geração de energia eólica, especialmente na região da ilha (Farol de Santa Marta)	destruição causada por ventos intensos

(conclusão)

4 CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS

Laguna possui uma população de aproximadamente 50.000 habitantes, desses aproximadamente 80% reside na área urbana segundo dados do IBGE de 2007. O comportamento demográfico dessa população se dá sistematicamente em taxas positivas de crescimento urbano e quedas na população rural. Cerca de 65,9% corresponde à população em idade ativa - PIA (entre 15 e 65 anos) e 7,6% corresponde à população de mais de 65 anos. Os movimentos pendulares se dão principalmente por trabalho e estudo, fenômeno explicado pela queda na oferta de emprego na baixa temporada.

Com relação à renda destacam-se as atividades informais que representam cerca de 48,8% do mercado de trabalho com renda equiparada ao posto de trabalho com carteira assinada. Destacam-se ainda as atividades ligadas ao setor de prestação de serviços, três quartos dos postos de trabalho, em que o setor público aparece com grande participação na geração de postos de trabalho. Em seguida vêm as atividades industriais e a agropecuária em que a pesca está incluída, é nesse setor em que as pessoas com menor grau de instrução estão localizadas. A baixa escolaridade pode se transformar num elemento restritivo ao maior grau de desenvolvimento.

O setor turístico é um dos grandes responsáveis pela dinâmica econômica do município. O desenvolvimento do mesmo pode ser atribuído às belezas naturais encontradas principalmente nas praias e lagoas da região. Alia-se a isso o centro histórico tombado pelo IPHAN, os sítios arqueológicos e o tradicional carnaval.

Para toda a demanda desse setor que em 2008 chegou a movimentar cerca de US\$ 21 milhões, Laguna conta com um generoso parque hoteleiro, composto por inúmeras pousadas, casas de veraneio, campings, além de outros atrativos como restaurantes, shopping, teatro e cinema. Todavia a estrutura hoteleira é antiga carecendo de melhorias, principalmente para proporcionar maior conforto ao turista, bem como uma maior capacitação profissional para os trabalhadores do setor. A maioria dos meios de hospedagem está localizada no Balneário Mar Grosso, seguido do Farol de Santa Marta e praia de Itapirubá. (PML, 2008)

No contexto socioeconômico do município de Laguna, especificamente sobre os aspectos de população, emprego e renda e base econômica, são apresentadas as condicionantes, potencialidades e deficiências no quadro subsequente.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
POPULAÇÃO	queda da população rural e conseqüente aumento da população urbana	aumento do mercado consumidor	
	envelhecimento da população		necessidade de redirecionamento dos gastos municipais em educação e saúde necessidade de maiores encargos sobre a coletividade para a manutenção dos idosos
EMPREGO E RENDA			59,4% da população não possuem rendimento ou recebe até 2 salários mínimos mensais reduzido potencial de consumo
		de 2000 para 2007 aumento de 122,4% nos postos de trabalho	48,8% do mercado de trabalho estão no setor informal
	grande parte dos postos de trabalho estão no setor comercial e no setor de prestação de serviços		mão de obra pouco qualificada
		desenvolvimento de atividades ligadas ao turismo	empregos de baixa remuneração
	economia de aglomeração	atração de novos empreendimentos	mão de obra pouco qualificada
	atividade pesqueira (industrial e artesanal)	organização comunitária como potencial para desenvolver produtos com maior valor agregado (região de Cabeçudas)	falta de equipamentos adequados para a conservação e comercialização do pescado trabalhadores com baixa escolaridade

(continua)

Quadro 4: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

(continuação do Quadro 4)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	
EMPREGO E RENDA	atividade pesqueira (industrial e artesanal)	porto pesqueiro com infraestrutura já instalada	queda na produção do pescado tanto na área oceânica como no complexo lagunar	
			baixa capacidade gerencial	
	predomínio de pequenas propriedades rurais	existência do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF)		
		cooperativa de crédito		
		produção para auto-consumo garantindo a segurança alimentar	baixo excedente comercializável	
				solo com baixa fertilidade
		facilidade de escoamento da produção (BR-101)		
	participação expressiva do setor público na geração de emprego e renda	aumento da oferta de serviços públicos		baixa empregabilidade em outros setores
	potencial turístico do município	comércio e prestação de serviços privados expressivos	baixo potencial de consumo no município	

(continua)

(continuação do Quadro 4)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
BASE ECONÔMICA		grande demanda turística devido aos atrativos naturais (praias, dunas, baleias franca) e culturais (centro histórico tombado)	estabelecimentos hoteleiros não são os mais utilizados pelos visitantes
			falta de um plano de marketing direcionado ao segmento específico e à proveniência dos turistas
		existência de um plano turístico para o município	carência de articulação entre os poderes público e privado para desenvolvimento do turismo
			pouco interesse da comunidade local em investir no setor
		malha viária de acesso aos pontos turísticos	trechos de vias em péssimas condições de trafegabilidade
			acesso de veículos em áreas de proteção ambiental
		existência de sinalização nos atrativos mais visitados	faltam indicações em alguns trechos e cruzamentos
			sinalização não segue padrões do ministério do turismo
		diversidades de opções gastronômicas	

(continua)

(continuação do Quadro 4)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
BASE ECONÔMICA		turismo de praia (Mar Grosso, Iro, Gi, Sol, Itapirubá, do Farol, Tereza, do Gravatá, da Galheta, Prainha, do Ipuã, do Siri), de eventos (carnaval) e de atrativos naturais (presença de botos e baleis francas)	opções de hospedagem concentradas no Mar Grosso
			poucas unidades hoteleiras com maior conforto
			pouca qualificação dos profissionais que trabalham no setor
			necessidade de ações em conjunto com municípios vizinhos para promover o setor turístico
			falta de controle no número de turistas - capacidade de carga
			predomínio do turismo sazonal
	inúmeros edifícios históricos tombados	turismo cultural - sítios arqueológicos, sambaquis, carnaval, centro histórico	necessidade de delimitação de áreas de interesse de preservação
		turismo cultural - danças, artesanato, gastronomia e festas religiosas	
	turismo cultural	centro histórico não recebe demanda turística	
		valorização e preservação das tradições culturais	
		necessidade de uma identidade local	

(conclusão)

5 INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS

O principal acesso ao município de Laguna é a SC-436 a partir da BR-101. A BR-101, atualmente em duplicação, é o principal corredor de cargas até o Porto Pesqueiro do município. Por estar dentro do perímetro urbano, a malha urbana que serve a cidade é sobrecarregada por veículos de grande porte em horários comerciais, gerando muitos pontos de conflitos de trânsito. Além disso, a pavimentação e a sinalização não são adequadas aos diversos tipos de uso que ocorrem nas mesmas.

As SC-436 e SC-437 são importantes eixos de ligação entre localidades dentro do próprio município. Ao longo da mesma a ocupação é característica sem recuos frontais e laterais, com calçadas estreitas e, portanto com poucas possibilidades de alargamento. Essas características também são estendidas à praticamente toda malha viária municipal. Existe projeto para um novo acesso ao município, ainda em estudo, chamado de Acesso Norte.

O projeto para a criação da SC-100 Interpraias terá a possibilidade de se tornar uma alternativa de acesso ao porto e ainda uma ligação rápida entre as praias da região sul.

O sistema hidroviário foi recentemente beneficiado pela execução de 21 trapiches nas lagoas de Santo Antônio, de Imaruí, do Camacho e de Garopaba do Sul. As obras foram viabilizadas por financiamento a fundo perdido concedido pela Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca, mediante contrapartida de 20% da Prefeitura.

A estrada de ferro Dona Thereza Cristina é um grande potencial para o transporte de passageiros apoiando assim o turismo regional, porém atualmente apenas corta o município e não serve para transporte de cargas para o Porto.

Atualmente o Plano de Saneamento Básico do centro histórico encontra-se em desenvolvimento. O saneamento básico é um problema, somente 69,5% da população é atendida pelo abastecimento de água e apenas 19,9% é atendida pelo sistema de esgotamento sanitário. O aterro sanitário atende aos 19 municípios da AMUREL, sem nenhum monitoramento ambiental.

No contexto de infraestrutura e serviços públicos especificamente sobre os aspectos de circulação, transporte e mobilidade urbana, além de sistema aeroviário, hidroviário, ferroviário, saneamento básico, energia e iluminação pública, serviços funerários, segurança pública e abastecimento alimentar, são apresentadas as condicionantes, potencialidades e deficiências no quadro subsequente.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA	porto pesqueiro dentro do perímetro urbano (êxodo rural)	proximidade do Porto de Imbituba	veículos de grande porte concorrendo com automóveis menores e bicicletas
	BR-101 cruza o município em aproximadamente 25 km no sentido Norte a Sudeste	importante eixo de ligação do sul do país	os dois trajetos de acesso atual ao porto possuem conflitos aos veículos pesados (um passa pelo centro histórico e o outro por via estreita e via comercial de caráter urbano no Mar Grosso)
		facilidade de escoamento da produção	veículos de grande porte concorrendo com automóveis menores e bicicletas
		deslocamento rápido para universidades da região	trânsito lento na zona central
	SC-436	ligação entre a BR-101 à sede do município	dificuldades de travessia entre as comunidades dos dois lados da BR-101 (Cabeçudas, Barranceira, Bentos, Caputera e Barbacena)
			infraestrutura viária urbana deficiente para escoamento das cargas do porto
		projeto de novo acesso ao município - Acesso Norte	inexistência de ciclovias traçado pelo Morro da Glória
		sistema de travessia por balsa (da Ilha para o centro)	custo elevado da travessia
	SC-100	pavimentação da rodovia	
		ligação rápida entre as praias da região	pressão por ocupação

(continua)

Quadro 5: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS PÚBLICOS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte: CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS	
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA			falta de manutenção e infraestrutura em algumas vias rurais	
			sinalização viária nas localidades rurais é precária	
		acesso sul para a Ilha de Laguna pela SC-487 a partir do Município de Jaguaruna em fase final de asfaltamento	único acesso à ilha a partir do centro por balsa e estrada não pavimentada	
		existência de Guarda Municipal que orienta o trânsito e apóia os pontos de conflito nos horários de pico próximo a região central		
	malha viária urbana consolidada			algumas ruas não possuem pavimentação
				falta de padronização nas calçadas
				problemas de acessibilidade universal
				sinalização de trânsito precária
				falta hierarquia viária
				ruas estreitas e com restrição de tráfego
		sistema de transporte rodoviário bem estruturado	necessidade de readequação do sistema público de transporte	

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
CIRCULAÇÃO, TRANSPORTE E MOBILIDADE URBANA			frota de veículos do transporte público sem adaptações para portadores de necessidades especiais
			transporte público é restrito aos escolares que atendem parcialmente às localidades rurais
			transporte coletivo precário com tarifas altas, com horários e percursos restritos, e não adaptados a portadores de deficiência
			monopólio das linhas de ônibus pelas empresas atuantes no ramo de transportes urbanos no município
			inexistência de linhas de turismo
			em virtude da localização central da rodoviária no período do verão, o fluxo de ônibus gera congestionamento do trânsito

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
SISTEMA AEROVIÁRIO		aeroporto regional de Jaguaruna deverá atender a toda região sul do Estado	pista de pouso sem pavimentação e interditada (Praia do Sol)
SISTEMA HIDROVIÁRIO		execução de 21 trapiches nas Lagoas de Santo Antonio, Imaruí, Camacho e Garopaba do Sul	
		previsão de início de operação de uma Balsa na Lagoa de Imaruí, ligando Laguna ao município vizinho	
		sistema de balsa que liga a península e a ilha e que opera segundo a demanda	tarifa da travessia elevada
		existência de rotas turísticas	

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
SISTEMA FERROVIÁRIO	estrada de ferro Dona Thereza Cristina	transporte de passageiros transporte de cargas até o porto do município	a malha ferroviária apenas corta o município paralelamente à BR-101
SANEAMENTO BÁSICO		está em fase de licitação o Plano de Saneamento Básico no centro histórico e bairros carentes próximos	apenas 69,5% da população são atendidas pelo abastecimento de água
			apenas 19,9% da população são atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário
			sistema de drenagem sem cadastro e precário
		coleta de lixo terceirizada	não existe coleta seletiva
		existência de aterro sanitário que atende aos 19 municípios da AMUREL	em algumas localidades a coleta é insuficiente
ENERGIA E ILUMINAÇÃO PÚBLICA		grande potencial para a geração de energia eólica	meio ambiente frágil dificulta sua implantação, uma vez que sítio escolhido situa-se nas dunas do Cabo de Santa Marta - área de preservação permanente de importância ambiental e beleza cênica única
SERVIÇOS FUNERÁRIOS			existência de 12 cemitérios com capacidade esgotada e todos sem licença ambiental

(continua)

(continuação do Quadro 5)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
SEGURANÇA PÚBLICA			sistema carcerário precário e com superlotação
			atendimento policial deficiente em algumas localidades especialmente as mais distantes do centro (regiões da Ilha, Ribeirões e Sertões)
			efetivo policial insuficiente
			maioria das mortes violências causadas por acidentes de trânsito
ABASTECIMENTO ALIMENTAR	consumo associado ao turismo da região	existência de grande número de estabelecimentos em diversas localidades	sazonalidade do consumo
			informalidade nas relações de produção e comercialização

(conclusão)

6 INFRAESTRUTURA SOCIAL

O déficit habitacional é um problema já identificado pela Prefeitura Municipal. Entre os pontos fracos do município estão a ocupação desordenada e o surgimento de loteamentos irregulares. Devido a esse motivo o plano municipal de habitação de interesse social (PMHIS) está em desenvolvimento. Esse plano já detectou alguns problemas relacionados à moradia como, por exemplo, a precariedade das moradias, utilização de fossa séptica devido à ausência do serviço público de coleta de esgoto, carência de energia elétrica e de abastecimento de água, e de deficiência na drenagem. O PMHIS já detectou um mercado imobiliário agressivo em algumas áreas de fragilidade ambiental, como as bordas das lagoas, e ainda outras regiões que já receberam investimentos e que podem ser mais adensadas como Laguna Internacional e Mar Grosso.

A coabitação familiar territorial existe em quase todas as regiões do município. O déficit habitacional tem se traduzido na ocupação de áreas alagadiças ou de risco, como Vila Vitória, com possibilidade de desabamento de pedras na região rural e no morro da glória, sobre dunas como na Vila Juliana, Estreito e Nova Fazenda, e no entorno das lagoas. Muitas das comunidades têm problemas no acesso, com estradas não pavimentadas, e precariedade no que se refere ao fornecimento de serviços públicos essenciais, como escolas, posto de saúde, além dos serviços de água e esgoto já citados. Como já descrito, muitas áreas são irregulares, inclusive alguns loteamentos clandestinos.

O valor paisagístico é o principal determinante para as iniciativas habitacionais particulares que atraem um público de maior poder aquisitivo e de uso esporádico, principalmente na alta temporada, como casas de veraneio.

Com relação à educação, o município conta com 26 escolas de ensino fundamental na área rural e 12 na região urbana, além de outras 5 de ensino médio na área urbana apenas. Foram identificadas faltas de vagas em creches em algumas localidades como Bairro Magalhães, Bairro Portinho, Bairro Progresso, entre outros.

O município também conta com sistema de transporte escolar, atendendo cerca de novecentos alunos, transportados diariamente, o transporte dá suporte ao ensino regular, mas existe a necessidade de ampliação de rotas para algumas localidades.

A rede de saúde municipal conta com uma gama relativamente grande de especialidades, porém existe a necessidade de ampliação da capacidade de atendimento e reforma e ampliação de alguns postos de saúde.

No contexto de infraestrutura social especificamente sobre os aspectos de habitação, educação, saúde, assistência social, cultura esporte e lazer, são apresentadas as principais condicionantes, potencialidades e deficiências no quadro subsequente.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
HABITAÇÃO	déficit habitacional	programas de financiamento habitacional e de assistência técnica	não existe uma política habitacional continua
		linhas de financiamento para população de baixa renda	dificuldade de contratação de empréstimos para financiamento
		desenvolvimento do plano municipal de habitação de interesse social (PMHIS)	grande número de habitações em situação precária inadequadas
			inúmeras áreas ocupações irregulares (Vila Vitória e Ponta das Pedras)
		falta de ordenamento territorial	
		ocupação de áreas de fragilidade ambiental	
	inúmeras casas de veraneio	possibilidade de uso dessas residências por alunos	infraestrutura urbana subutilizada
		arrecadação e circulação de capital	
		arrecadação contínua e circulação de capital	
			inexistência de programa de regularização fundiária
	tendência de expansão ao longo da BR-101	tendências de expansão em áreas de fragilidade ambiental	

(continua)

Quadro 6: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DOS ASPECTOS DA INFRAESTRUTURA SOCIAL NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2008)

(continuação do Quadro 6)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
EDUCAÇÃO		rede escolar urbana e rural relativamente ampla e bem distribuída	necessidade de adequação da infraestrutura de algumas escolas (reformas e ampliações)
			ausência de creches em algumas comunidades rurais
		rede escolar urbana e rural relativamente ampla e bem distribuída	necessidade de formação de equipes multidisciplinares
			acervo bibliográfico restrito ou inexistente
			carência de quadras esportivas
			falta de playground
		professores com nível superior completo	falta de equipamentos de informática e acesso à internet
			necessidade de programas de formação continuada para professores e funcionários
existência de transporte escolar público	necessidade de ampliação para algumas localidades rurais		

(continua)

(continuação do Quadro 6)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
SAÚDE			necessidade de ampliação da capacidade de atendimento
		rede de atendimento hospitalar relativamente ampla	necessidade de reformas e ampliações em alguns postos de saúde
			necessidade de implantação de postos algumas comunidades distantes ou em processo de expansão (hoje os locais alugados)
		razoável diversidade de especializações médicas	deficiência em alguns tipos de tratamentos e em leitos hospitalares
		atuação de agentes comunitários	
		cinco equipes do programa saúde da família (PSF) atuam nas comunidades	dependência de transferências de recursos federais
	atendimento médico e odontológico dependente de edificações apropriadas, instalações e equipamentos	investimentos públicos em melhoria da estrutura física de postos de saúde e hospitais	atendimento médico e odontológico necessita edificações apropriadas, instalações e equipamentos
		existência de uma rede regional de hospitais	translado dos doentes
		incidência significativa de morbidade e mortalidade associadas a causas decorrentes da situação social	

(continua)

(continuação do Quadro 6)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ASSISTÊNCIA SOCIAL		assistência social a cargo da Secretaria e da Fundação Irmã Vera	
		existência do CRAS com capacidade de atendimento a 750 famílias	atualmente o CRAS atende a apenas 827 famílias
		49 comunidades atendidas pelos programas de assistência social	alta dependência da prefeitura para geração de recursos
		existência da APAE	

(continua)

(continuação do Quadro 6)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
CULTURA, ESPORTE E LAZER	turismo	razoável estrutura hoteleira	sazonalidade do turismo
		capacidade para desenvolvimento de evento cultural de porte nacional e internacional	
	patrimônio histórico e arqueológico	grande acervo patrimonial	faltam linhas de crédito para reforma e conservação do patrimônio tombado
			falta de uso em diversos bens de interesse histórico e cultural
		existência de uma secretaria regional do IPHAN	
			faltam espaços públicos de lazer
		existência de diversas entidades esportivas e recreativas	faltam áreas e equipamentos de lazer e de esportes em diversas comunidades
		existência de uma Secretaria de Educação e Esportes	
		manifestações culturais peculiares (folclore e artesanato)	falta apoio às atividades culturais
			necessidade de ampliação, reforma e construção de novos espaços de lazer público

(conclusão)

7 CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS

O aspecto Institucional compreende: Estrutura Administrativa, Recursos Humanos, Legal, Finanças e Orçamento, Planejamento e Organizações Comunitárias. Estes temas são fundamentados com base nos levantamentos originários do relatório nº 1, no qual a análise desenvolve-se a partir do diagnóstico, neste sentido elenca-se os principais resultados demonstrados por condicionantes, potencialidades e deficiência, de acordo com a leitura técnica.

A Administração Municipal avalia-se Estrutura Administrativa, por intermédio das legislações pertinentes de criação e/ou re-organização, a fim de conhecer como está organizada a estrutura do Poder Executivo, tendo como objetivo o atendimento das demandas atuais e futuras, assim como dados referentes à área de Recursos Humanos.

Neste tema, foram abordadas as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal, que de algum modo, impactam no desenvolvimento do município, assim como dados que representam a arrecadação municipal por intermédio dos impostos municipais e levantamento quanto ao nível de inadimplência.

No item planejamento além de demonstrar os instrumentos de planejamento sinalizados no Estatuto da cidade, contempla também aspectos que dizem respeito à Gestão Administrativa do município de Laguna. Neste sentido avalia-se a questão financeira, no campo da arrecadação geral e dispêndio nas principais funções, dados quanto à questão de tecnologia da informação, desde *softwares*, *hardwares*, site, comunicação interna e relação com a comunidade.

Fundamental a participação de Organizações Comunitárias no desenvolvimento municipal, deste modo, observa-se a existência de alguns atores municipais representados por intermédio dos Conselhos Municipais, de Outras Organizações Comunitárias, a exemplo de Associações, Fóruns, Sindicatos, entre outros.

No Quadro a seguir são elencadas as condicionantes, deficiências e potencialidades relacionadas à administração pública municipal, instrumentos legais, tributários e financeiros, assim como planejamento municipal e organização comunitária.

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL	Lei nº 139/2006 e Lei nº166/2007 regulamentam a estrutura administrativa	existência de uma Secretaria de Planejamento Urbano e Habitação	atividades vinculadas (habitação e planejamento)
	legislação municipal disciplinando as questões relacionadas a recursos humanos	regime jurídico único dos servidores municipais	existe avaliação de desempenho dos servidores, porém não é ideal
			ausência de plano de capacitação dos servidores
		existência de um conselho municipal de meio ambiente (FLAMA)	
			carência de estrutura de fiscalização (ambiental, urbanística, tributária)
			inadimplência do pagamento de tributos municipais
	sonegação fiscal (baixa emissão de notas fiscais)		
INSTRUMENTOS LEGAIS, TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS	Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)	indicadores fiscais do município estáveis e adequados à Lei de Responsabilidade Fiscal	
	impostos municipais	impostos municipais estão em trajetória de crescimento (IPTU, ISS, ITBI)	
		código tributário e legislação tributária atualizados	

(continua)

Quadro 7: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES DAS CONDIÇÕES INSTITUCIONAIS NO MUNICÍPIO DE LAGUNA

Fonte:
CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

(continuação do Quadro 7)

	CONDICIONANTES	POTENCIALIDADES	DEFICIÊNCIAS
INSTRUMENTOS LEGAIS, TRIBUTÁRIOS E FINANCEIROS		Lei Orgânica atualizada e de acordo com a Constituição Federal e Estadual	
		legislação contempla o patrimônio histórico e paisagístico	faltam normas que atendam especificamente às peculiaridades do patrimônio
		existência de legislação urbanística	legislação desatualizada
PLANEJAMENTO E GESTÃO			ausência de sistematização de reuniões técnicas entre gestores
			ausência de sistematização de reuniões técnicas com os líderes sociais
			taxa de investimento do município é baixa
			ausência de banco de dados informatizados em várias áreas de atuação municipal
ORGANIZAÇÃO COMUNITÁRIA	legislação federal relacionada aos Conselhos Municipais e Estatuto da Cidade	existência de ampla rede de organizações comunitárias	
		existência de conselhos municipais atuantes	necessidade de articulação entre as atividades dos diversos conselhos

(conclusão)

REFERÊNCIAS

BENI, M. C. **Análise Estrutural do Turismo**. 8 ed. São Paulo: SENAC, 2003.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, de 05 de outubro de 1988. Institui a Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, 1988.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.257**, de 10 de julho de 2001. Regulamenta os artigos 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasília, 2001.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 357**, de 17 de março de 2005. Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências. Brasília, 2005.

CONAMA – Conselho Nacional de Meio Ambiente. BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. **Resolução nº 303**, de 20 de março de 2002. Dispões sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente. Brasília, 2002.

CONAMA. **Resolução nº369**, de 28 de Março de 2006. Dispõe sobre casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente (APP).

EMBRATUR. Site Oficial. **Glossário de Turismo**. Disponível em: <www.embratur.gov.br>. Acesso em: 10 de julho de 2006.

EPAGRI - Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de SC, SAR - Secretaria da Agricultura e Desenvolvimento Rural, Secretaria de Desenvolvimento Regional de Laguna, Prefeitura Municipal de Laguna, Gerência Regional da EPAGRI de Tubarão. **Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável**. Laguna, EPAGRI, 2005.

FATMA – Fundação do Meio Ambiente. **Tabela Preliminar das Áreas Protegidas em Santa Catarina**. Florianópolis, 2004.

FATMA – Fundação Estadual do Meio Ambiente. Disponível em: <http://www.fatma.sc.gov.br/educacao_ambiental/tabuleiro.htm>. Acesso em: 01 de novembro de 2008.

FECAM - Federação Catarinense de Municípios. **GuiaSC: 2004**. Disponível em: <<http://www.guiasc.tur.br/atrativos/atrativos.php?subarea=31>>. Acesso em: 01 de outubro de 2008.

GOVERNO DE SANTA CATARINA. **Dados dos Municípios Catarinenses**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/municipios/framesetmunicipios.htm>>. Acesso em: 01 de outubro de 2008.

HERMANN, M.L.P. **Levantamento dos desastres naturais causados pelas adversidades climáticas no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 1995.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm>>. Acesso em: 10 de outubro de 2008a.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Documentação Territorial do Brasil**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/santacatarina/imarui.pdf>>. Acesso em: 27 de outubro de 2008c.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Perfil dos municípios brasileiros: meio ambiente**. Rio de Janeiro, IBGE, 2002.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Regiões de influência das cidades 2007**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008b.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Bens Tombados**. Disponível em: <<http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm>>. Acesso em: 20 de novembro de 2008.

IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Disposições sobre o tombamento do centro histórico de Laguna**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=13190&sigla=Institucional&retorno=detalheInstitucional>>. Acesso em: 13 de novembro de 2008.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Estudo Preliminar sobre o Patrimônio Imaterial de Base Luso-Açoriana no Litoral Catarinense**. Florianópolis, 2006.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Inventário de varredura do Patrimônio Ferroviário de Santa Catarina**. Florianópolis, 2003.

IPHAN. **Patrimônio Material e Imaterial**. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarPaginaSecao.do?id=12297&retorno=paginaphan>> Acesso em: 12 de dezembro de 2008.

LAGUNA. **Lei municipal nº 478**, de 26 de agosto de 1996. Cria o Conselho Municipal de Assistência Social e o Fundo Municipal de Assistência Social e dispõe sobre a organização de Assistência Social e dá outras providências. Laguna, 1996.

LEMOS, Iomara Scandelari. Pesquisa de campo no município para realização do Plano Diretor, outubro de 2008.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 190** de 16 de Janeiro de 2009. Adapta a política municipal de Assistência Social a Lei Orgânica da

Assistência Social – Loas, Lei Federal nº 8742, de 07 de Dezembro de 1993, cria a Secretaria Municipal de Assistência Social e de Comunicação Social, transforma Estruturas da Administração Direta e dá outras Providências. Laguna, 2009.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Complementar Municipal Nº 105**, de 19 de dezembro de 2005. Institui Código Tributário Municipal de Laguna e dá outras providências. Laguna, 2005.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 1.276**, de 12 de maio de 2008. Dispõe sobre a Política Municipal de Saneamento Básico, cria o Conselho Municipal de Saneamento e dá outras providências. Laguna, 2008.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 492**, de 05 de junho de 1997. Cria o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras Providências. Laguna, 1997.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 504**, de 14 de agosto de 1997. Altera os artigos 5º, inciso 2º, 9º, 10, I e 16, da lei nº 478/96, que criou o Conselho Municipal de Assistência Social. Laguna, 1997.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 512**, de 02 de outubro de 1997. Dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Laguna, 1997.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 649**, de 05 de novembro de 1999. Acrescenta o Inciso XVII e XVIII no artigo 3º da Lei nº 510, datada de 19/09/97, que cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências. Laguna, 1999.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 710**, de 25 de agosto de 2000. Dá nova redação aos artigos 2º e 5º, da Lei nº 492, de 04 de Junho de 1997, que criou o Conselho Municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências. Laguna, 2000.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 1.063**, de 20 de dezembro de 2004. Institui o Conselho Municipal de Saúde e dá outras providências. Laguna, 2004.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 1.182**, de 21 de dezembro de 2006. Altera o Caput do artigo 1º da Lei 0894/2002, que “Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – COMDEMA”, e dá outras providências. Laguna, 2006.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 1.213**, de 25 de maio de 2007. Dispõe sobre a criação do Conselho Municipal de Acompanhamento e

Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação-Conselho do FUNDEB. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Municipal nº 139**, de 06 de dezembro de 2001. Dispõe sobre a Estrutura da Administração Pública do Município de Laguna, Estado de Santa Catarina e dá outras Providências. Laguna, 2001.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 163**, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Educação de Laguna. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 164**, de 18 de setembro de 2007. Dispõe sobre os princípios da política dos direitos da criança e do adolescente, o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar, e dá outras providências. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Municipal nº 166**, de 22 de novembro de 2007. Cria cargos e modifica a estrutura da administração pública municipal, altera legislação de servidores que menciona e dá outras providências. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 370**, de 27 de junho de 1994. Cria a Comissão Municipal de Defesa Civil – COMDEC, no município de Laguna, e dá outras providências. Laguna, 1994.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 510**, de 19 de setembro de 1997. "Cria o Conselho Municipal de Turismo e dá outras providências". Laguna, 1997.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 573**, de 09 de novembro de 1998. Institui o Conselho Municipal de Defesa do Consumidor – CONDECOM. Laguna, 1998.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 748**, de 23 de março de 2001. Acrescenta os incisos XIV, XV e XVI, ao Artigo 1º da Lei nº 492 de 04/06/1997, que cria o Conselho municipal de Alimentação Escolar e dá outras providências. Laguna, 2001.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 857**, de 13 de maio de 2002. Altera o caput do artigo 2º, altera o inciso 1º, dá nova redação ao inciso 2º e acrescenta inciso 4º ao artigo 2º, altera o artigo 4º, e acrescenta os artigos 5º e 6º na Lei nº 512, de 02/10/1997. Que dispõe sobre a criação de Conselho Municipal de Acompanhamento e Controle Social do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério. Laguna, 2002.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 859**, de 13 de maio de 2002. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Trânsito Transporte e Sinalização e dá outras providências. Laguna, 2002.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 894**, de 16 de outubro de 2002. Dispõe sobre o Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente – CODEMA e dá outras providências. Laguna, 2002.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 901**, de 05 de novembro de 2002. Modifica o art. 1º, os incisos XIII, XIV e XV do art. 3º. e o art. 5º, da lei 510 de 19 de setembro de 1997. Laguna, 2002.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 919**, de 12 de março de 2003. Dá nova redação ao artigo 2º da lei 255/92, que cria o Conselho Municipal de Educação do Município de Laguna. Laguna, 2003.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 04**, de 06 de março de 1979. Dispõe sobre o zoneamento de uso do solo e dá outras providências. Laguna, 1979.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 05**, de 05 de abril de 1978. Dispõe sobre o Plano Rodoviário Municipal e dá outras providências. Laguna, 1978.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 1.125**, de 08 de outubro de 2005. Dispõe sobre o Plano Plurianual do Município para o quadriênio 2006/2009 e dá outras providências. Laguna, 2005.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 1.220**, de 25 de junho de 2007. Dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da lei orçamentária para 2008 e dá outras providências. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 1.258**, de 27 de dezembro de 2007. Estima a receita e fixa a despesa do município de Laguna para o exercício de 2008. Laguna, 2007.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 18**, de 1971. Dispõe sobre a delimitação do perímetro urbano de Laguna e dá outras providências. Laguna, 1971.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 42**, de 19 de dezembro de 1978. Dispõe sobre o Código de Posturas do município de Laguna e dá outras providências. Laguna, 1978.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 43**, de 19 de dezembro de 1978. Dispõe sobre o Código de Obras do município de Laguna e dá outras providências. Laguna, 1978.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Ordinária Municipal Nº 49**, de 29 de dezembro de 1977. Dispõe sobre o parcelamento do Solo Urbano e dá outras providências. Laguna, 1977.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei Orgânica Municipal**, de 05 de abril de 1990. Institui a Lei Orgânica do Município de Laguna. Laguna, 1990.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. Levantamento de dados para elaboração do Plano Diretor Municipal. Laguna, 2008.

PML – PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGUNA. **Lei municipal nº 501**, de 07 de Julho de 1997. Cria o Conselho Municipal de Turismo. Laguna, 1997.

SANTA CATARINA. **Plano integrado de Recursos Hídricos da Bacia Hidrográfica do Rio Tubarão e Complexo Lagunar**. Florianópolis, 2002.

SANTA CATARINA. **Portaria Estadual nº 24**, de 19 de setembro de 1979. Enquadra os cursos d'água do Estado de Santa Catarina. Florianópolis, 1979.



APÊNDICES



APÊNDICES

Durante o processo de elaboração do Plano Diretor Participativo de Laguna outra consultora, a Fundação de Apoio à Educação (FAEPESIL), Pesquisa e Extensão da Unisul, coordenou junto com a Prefeitura Municipal de Laguna e seu Núcleo Gestor, no período de abril a dezembro de 2008, a realização de várias reuniões comunitárias, onde foram captadas em dinâmicas algumas observações e aspirações da comunidade de Laguna. Para tanto o município de Laguna foi dividido em 12 Regiões (Figura 1) onde ocorreram tais reuniões junto as suas comunidades.

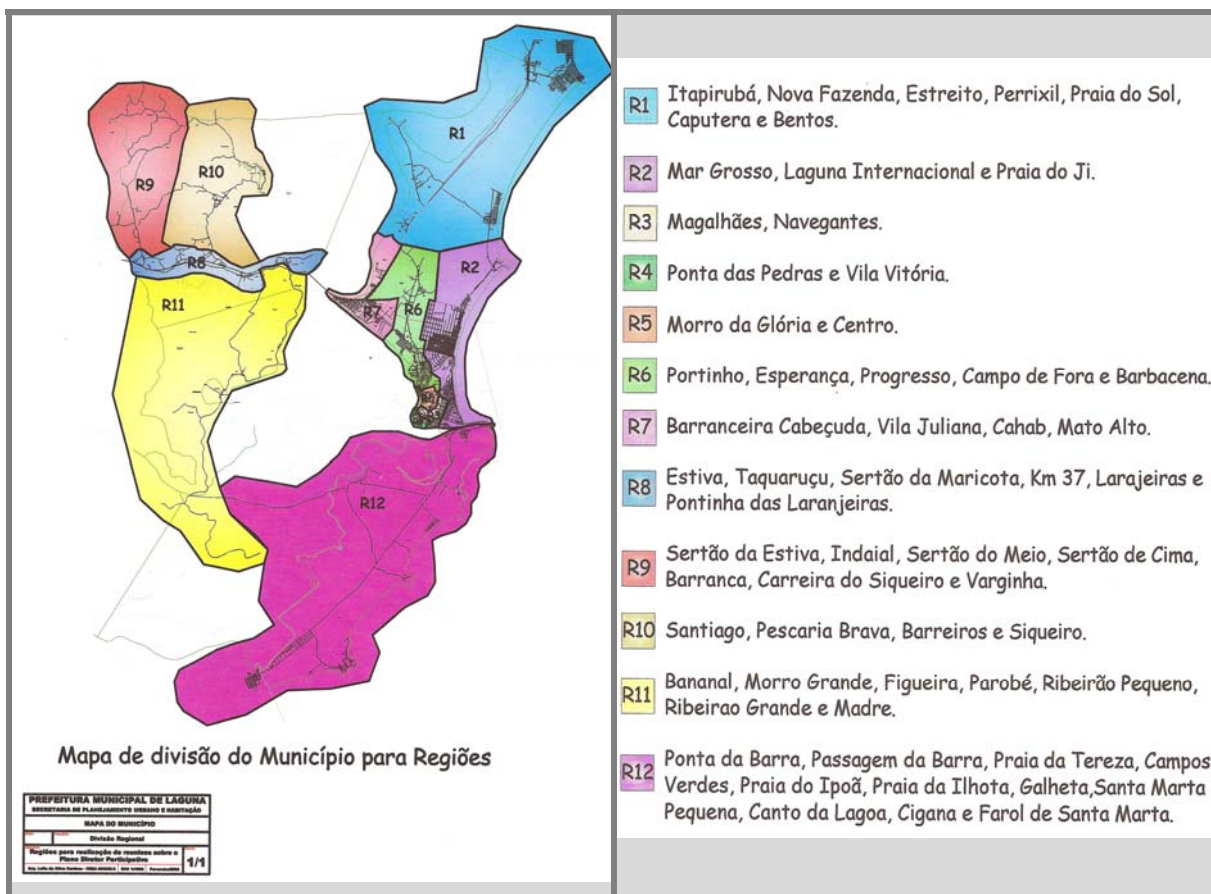


Figura 1: CARTOGRAMA DAS 12 REGIÕES DE LAGUNA, ONDE SE REALIZARAM AS REUNIÕES COMUNITÁRIAS DE ABRIL A DEZEMBRO DE 2008

Fonte:

FAEPESUL e PML (2008);

Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

Desta forma nestes quadros anexos a seguir foram catalogados e sistematizados os principais pontos resultantes destas reuniões nas Regionais (Deficiências, Potencialidades, entre outros) existentes no material e apresentações realizadas pela equipe consultora da FAEPESUL.

As reuniões e apresentações das regionais oito e nove, 10, 11 e 12 foram realizadas pelo Consórcio Hardt-Engemin em dezembro de 2008 e já estão inseridas e compatibilizadas nos quadros anteriores deste volume, assim como os principais apontamentos das reuniões comunitárias realizadas pela FAEPESUL.

REGIÃO 1	BOA VISTA, BALN. ITAPIRUBA, NOVA FAZENDA, LAGOA DO MIRIM, PONTA DO PERRIXIL, SAMBAQUI, CAPUTERA, BENTOS
POTENCIALIDADES	pesca; futebol; festa da igreja; escola; sambaqui; paisagens bonitas; postos de saúde; energia elétrica; ambulatório.
DEFICIÊNCIAS	falta coleta e tratamento de esgoto; falta água encanada; estradas de chão; lagoa de água parada que pode estar poluindo o lençol freático, pois recebe esgoto; falta escola em algumas comunidades; falta concorrência no transporte coletivo.

Quadro 8: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (28/04/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 2	LAGUNA INTERNACIONAL, PRAIA DO MAR GROSSO, PRAIA DO GÍ
PRINCIPAIS PROBLEMAS	<p>falta de tratamento de esgoto;</p> <p>rede pluvial deficiente;</p> <p>modificação na legislação urbanística sem a participação popular, prevista no estatuto das cidades;</p> <p>falta de opção de lazer;</p> <p>desrespeito ao código de postura (poluição sonora e calçadas);</p> <p>falta de calçamento na parte sul do mar grosso;</p> <p>loteamento aeroporto (descumprimento da cláusula 17ª do contrato de compra e venda do loteamento "antigo aeroporto");</p> <p>solução para o convênio prefeitura x ravena: execução da sentença;</p> <p>precariedade de acesso ao mar grosso - laguna internacional x mar grosso (avenida castelo branco);</p> <p>acesso ao mar grosso via Morro (rua Engº Sá Rocaa);</p> <p>acesso ao molhes da barra via Avenida São Joaquim;</p> <p>revitalização da praça Tiradentes e SENAI.</p>

Quadro 9: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 3	NAVEGANTES, MAGALHÃES
<p style="text-align: center;">BENEFÍCIOS</p>	<p>três escolas; seis igrejas; 90% asfalto, calçamento; três praças; três clubes; comércio (vários); quatro campos de futebol (esporte); dois serviços de atendimento de Saúde; Dois serviços de transporte coletivo; travessia aquática (balsa); um asilo-casa de repouso; coleta de lixo; iluminação pública.</p>
<p style="text-align: center;">DEFICIÊNCIAS</p>	<p>drenagem fluvial; coleta e tratamento de esgoto; animais soltos (cachorros); conservação da pavimentação; aumentar horários de ônibus; conservação dos passeios públicos; limpeza dos terrenos baldios; sons que incomodam moradores idosos na rua da balsa por turistas em horário de silêncio; melhor sinalização de trânsito.</p>

Quadro 10: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
FAEPESUL (26/05/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)
Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 4	VILA VITÓRIA E PONTA DAS PEDRAS
POTENCIALIDADES	ginásio; lagoa; pesca; associação de moradores (sem sede); micro comércio padaria e 4 pequenos armazéns; porto – estaleiro; turismo; religiosidade; ensino – o bairro tem 3 escolas e 1 creche; mobilidade – fácil acesso ao centro e ao bairro mar grosso; policlínica municipal; Cine Teatro Mussi (desativado).
DEFICIÊNCIAS	área de lazer (praça, parque infantil no final da Rua Pereira Bento); escola de 1ª a 9ª série e ampliação da creche; rede de esgoto; transporte coletivo (linha de ônibus no loteamento); pavimentação; construção de trapiche coletivo; alargamento da rua principal com passeios (rua da creche); sede própria do CRAS; terreno e construção da associação de moradores; posto policial (segurança); ampliação da iluminação pública; sinalização (placas indicativas); rua São Benedito com ligação para o mar (acesso lagoa); incentivo para implantação de comércio (alvarás sociais para o comércio local); regularização fundiária, propriedades com SPU (escrituras); implantação da cooperativa de reciclagem; solução para os animais soltos; critério para aceitação de crianças na creche (investigação social); escola técnica; saneamento básico; calçamento; recolhimento de lixo (lixeiras públicas); educação ecológica (preservação); falta de exploração do turismo; drenagem; cinema /teatro.

Quadro 11: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (23/06/2008);
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

<p>REGIÃO 5</p>	<p>CENTRO, MORRO DA GLÓRIA</p>
<p>PROPOSTAS E PONTOS POSITIVOS</p>	<p>melhorar o calçamento; calçadas; centros de eventos; sinalização de trânsito; sinalização turística; pontos de informações turísticas; parquinhos nas praças; padaria; ciclovia; cinema; teleférico para o Morro da Glória; rede de tratamento de esgoto; dragagem das docas; linhas de crédito para reforma do patrimônio com juros mais baratos e simplificados; um novo local para o cemitério; paisagismo das praças; segurança no Morro da Glória.</p>

Quadro 12: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 6	BARBACENA, VILA SÃO JUDAS TADEU, PORTINHO, PROGRESSO, ESPERANÇA, CAMPO DE FORA
POTENCIALIDADES	igrejas; escolas; posto de saúde; escolinha de futebol; campos de futebol; clube de campo; projeto de implantação do CRAS; diminuição do tráfico de drogas; diminuição da prostituição; Butiá; Araçá; casa de recuperação; turismo; praias; carnaval; festas religiosas.
DEFICIÊNCIAS	faltam empregos; não tem ônibus no domingo; a estrada geral é deficitária; falta acessibilidade; ruas sem pavimentação; não tem esgoto cloacal e pluvial; faltam cursos profissionalizantes; não tem áreas de lazer, praças; prostituição; melhoria das estradas por onde trafega o ônibus; parada de ônibus no loteamento; iluminação pública; correio; reforma no posto de saúde; abrigo nos pontos de ônibus; cachorros soltos nas ruas; passeios sem pavimentação; lixo ao lado do sambódromo; restaurantes do mar grosso depositam o lixo no loteamento laguna internacional.

Quadro 13: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (30/06/2008 e 07/07/2008);
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 7	BARRANCEIRA, JARDIM JULIANA, CABEÇUDAS, MORRO ALTO
POTENCIALIDADE	reserva de uso sustentável para a população; local que vende o butiá.
ESCOLA	ampliação do espaço físico; cobertura na quadra; área de lazer.
SANEAMENTO BÁSICO	falta rede de esgoto / tratamento.
COLETA DE LIXO	falta coleta seletiva.

Quadro 14: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:

FAEPESUL (23/06/2008, 07/07/2008 e 12/08/2008)

Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

REGIÃO 12	PTA. DO COSTÃO DO ILHOTE, PRAIA DO CARDOSO, PRAIA DO FAROL, CABO DE SANTA MARTA, LAGOA GAMBOA GRANDE, LAGOA DE SANTA RITA, PRAIA GRANDE DO NORTE, PONTADA GALHETA, PRAIA GALHETA, PRAIA IPOÃ, PRAIA DE SANTA MARTA PEQUENA, PRAIA DA TERESA, PRAIA DO SIRI, CANAL DA BARRA, PRAIA DO GRAVATÁ, PONTA DO GRAVATÁ.
MUDANÇAS	melhorar a estrutura do psf nas outras comunidades da região da ilha; (existente na localidade passagem da barra e no farol uma estrutura mais ampla); educação: ensino profissionalizante; mais incentivo à cultura para que não morra (boi-de-mamão, pau-de-fita, ratoeira).
POTENCIALIDADES	praias; pesca do boto (artesanal); mulheres rendeiras; farol de santa marta; dunas; lagoas; cultura; sambaqui.
PROBLEMAS	transporte (balsa, bote, ônibus); infraestrutura (tratamento de esgoto); assoreamento das lagoas; poluição das lagoas; estradas em péssimas condições de tráfego; ocupação desordenada; loteamentos irregulares; coleta seletiva de lixo; correio.

Quadro 15: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:

FAEPESUL (23/06/2008, 07/07/2008 e 12/08/2008)

Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

BAIRRO	PERRIXIL
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">O QUE TEMOS</p>	<p>sambaqui; lagoa; transporte marítimo (Laguna-Imaruí); oficina indígena; mata nativa: dois pontos (norte e sul); belezas naturais; abastecimento de água (CASAN); rede telefônica; transporte público; inclusão digital; praia de areia branca (Pontinha).</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PRIORIDADES</p>	<p>rede de esgoto; iluminação pública; área de lazer; creches; organizar as estradas públicas; preservação sítio arqueológico (sambaqui, oficina indígena); oficina indígena; limitar área pesqueira.</p>

Quadro 16: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (28/04/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

BAIRRO	NOVA FAZENDA
PONTOS POSITIVOS	água da casa que está vindo para a comunidade; energia; telefone público; igreja católica; igreja evangélica; porto pesqueiro; armazém; fábrica de gelo.
PONTOS NEGATIVOS	antiga escola abandonada, esperando reformas; núcleo de saúde esperando reformas e mudanças no atendimento; não temos telefones convencionais; falta iluminação nas ruas; falta uma praça pública que seja própria para a comunidade e não particular; calçamentos na estrada; atenção maior no final da nova fazenda (máfia).
PRIORIDADES	reconhecimento como comunidade, para que ela venha a ser tratada com mais carinho e respeito; mais horários de ônibus e abrigos; segurança pública.

Quadro 17: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (28/04/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

BAIRRO	ITAPIRUBA
<p>PROPOSTAS E DEFICIÊNCIAS</p>	<p>definição da divisa (Laguna-Imbituba);</p> <p>identificação de ruas e avenidas;</p> <p>drenagem das ruas;</p> <p>posto de saúde;</p> <p>correio;</p> <p>esgoto;</p> <p>definir local de praça;</p> <p>mobiliário urbano;</p> <p>recolhimento de lixo para reciclagem (com dias definidos);</p> <p>definição de saída de banhistas da praia;</p> <p>iluminação pública;</p> <p>ônibus ponto abrigo;</p> <p>definição-bairro, localidade, balneário;</p> <p>escola, creche;</p> <p>interpraia.</p>

Quadro 18: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:

FAEPESUL (28/04/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)

Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)

BAIRRO	ESTREITO
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PONTOS NEGATIVOS</p>	<p>pavimentação;</p> <p>água;</p> <p>reforma do posto de saúde;</p> <p>área de lazer;</p> <p>praça na igreja;</p> <p>segurança pública;</p> <p>falta de saneamento básico;</p> <p>falta de acompanhamento ambiental;</p> <p>iluminação no campo de futebol.</p>
<p style="writing-mode: vertical-rl; transform: rotate(180deg);">PONTOS POSITIVOS</p>	<p>telefone público;</p> <p>igreja;</p> <p>campo de futebol;</p> <p>energia;</p> <p>posto de saúde;</p> <p>escola.</p>

Quadro 19: PRINCIPAIS CONDICIONANTES, DEFICIÊNCIAS E POTENCIALIDADES REALIZADAS PELA FAEPESUL (CONSULTORA) EM 2008

Fonte:
 FAEPESUL (28/04/2008, 23/06/2008 e 12/08/2008)
 Adaptado por CONSÓRCIO HARDT-ENGEMIN (2009)